

Cidades.

Mãe denuncia o filho

Uma dona de casa denunciou o próprio filho, um estudante de Direito de 23 anos, à polícia. Ela era ameaçada por ele, que é usuário de drogas desde a adolescência. *Página 10*

EDITORA:
CINTIA ALVES
calves@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8446

agazeta.com.br/cidades

gazetacidades

AS 22799

PDM DE VILA VELHA JUSTIÇA VAI AVALIAR PREJUÍZO AMBIENTAL



Ministério Público questiona lei e diz: faltou ouvir população

▲ **VILMARA FERNANDES**
vfernandes@redgazeta.com.br

A falta de participação popular e o desrespeito com as áreas ambientais motivaram o Ministério Público Estadual (MPE) a questionar na Justiça a lei que mudou o Plano Diretor Municipal (PDM) de Vila Velha. Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) foi protocolada ontem, pedindo a suspensão da legislação, aprovada no mês passado.

A polêmica teve início após a apresentação, no último mês, de alterações no PDM – a legislação responsável por definir o planejamento, o ordenamento e as formas de uso do solo municipal. O projeto de autoria da prefeitura estabelecia mudanças, como a criação de novas zonas indus-

OPINIÃO

“Há pessoas cujo interesse político é impedir o desenvolvimento de Vila Velha. Querem-na apenas como uma cidade-dormitório.”

IVAN CARLINI
PRESIDENTE DA CÂMARA
VILA VELHA

triais, turísticas e a redução de áreas ambientais.

Aprovado na Câmara Municipal com 21 emendas, o projeto chegou a sofrer vetos do prefeito Neucimar Fraga. Todos derrubados pelos vereadores, que sancionaram a lei.

Para o Ministério Público

“O Ministério Público quer que Vila Velha se desenvolva de forma sustentável, obedecendo aos princípios legais.”

FERNANDO ZARDINI
Procurador-geral do
Ministério Público

são significativas e precisavam ser discutidas com a comunidade. O texto da ação destaca que “não houve nenhuma audiência pública para que fosse oportunizada a participação popular”.

Destaca ainda que isso só ocorreu quando o projeto chegou à Câmara, “sem, contudo, disponibilizar

em tempo hábil os documentos relativos ao projeto”, diz o texto da ação.

Assinala ainda que o promotor Luís Felipe Scalco Simão chegou a recomendar que o projeto fosse devolvido à prefeitura para as adequações, o que não foi feito.

Outro problema é a redução das áreas ambientais, um retrocesso social, segundo o MPE. O texto da ação destaca que estas áreas, já delimitadas, “não podem ser revogadas ou ignoradas para atender a interesses privados em detrimento de toda uma coletividade”.

O presidente da Câmara, Ivan Carlini, considerou a ação um absurdo. “Vamos provar que agimos dentro da lei”, disse. Já a Prefeitura preferiu não se manifestar até ser notificada.

O NOVO PLANO

Heliponto: Instalação de heliponto em todas as zonas urbanas do município de Vila Velha

Alteração: Completa alteração do perímetro do Parque Natural Municipal de Jacarenema

Distritos industriais: Criação de 10 distritos industriais, alguns sobrepostos a áreas de interesse ambiental

Turismo: Criação da Zona de Interesse turístico (ZIT), com previsão de instalação de hotéis, bares e restaurantes, além de centro regional de

comércio e serviços turísticos dentro da área de amortecimento do Parque de Jacarenema

Delimitação: Modificação da delimitação da área do Morro do Moreno e do Morro de Jaburuna

Mudança: Redefinição de diversos quadros do PDM, inclusive o de “coeficientes de aproveitamento do terreno e parâmetros urbanísticos” e o de “enquadramento das atividades permitidas por zona urbana e zona de especial interesse”.